

Enquanto houver racismo. Carta às esquerdas, por alguns dos seus

Que todos estes acontecimentos do ano de 2019 confirmam um novo impulso ao combate contra o racismo, eis o que desejamos e aquilo a que este texto vem.



Catarina Príncipe, Cristina Roldão, Flávio Almada (Lbc), Isabel do Carmo, Joana Manuel, José Neves, Mamadou Ba e Raquel Ribeiro

23 de Dezembro de 2019, 5:35



LUSA/JOSÉ COELHO

O anti-racismo em Portugal tem uma história antiga, que nos leva, pelo menos, das lutas dos movimentos africanos que derrubaram o império colonial português até à emergência de um novo associativismo anti-racista, aquando dos assassinatos de José Carvalho e de Alcino Monteiro por grupos nacionalistas de extrema-direita, já nos anos de 1990.

Mais recentemente, o combate contra o racismo ganhou novo fôlego, com a afirmação do associativismo negro de afrodescendentes, cigano e de imigrantes, sendo que o ano que agora termina marca uma viragem importante na vida pública portuguesa.

Em Janeiro de 2019, como se não mais esperassem que terceiros viessem tomar o seu partido, **jovens negros da metrópole de Lisboa subiram a Avenida da Liberdade**, em protesto contra uma acção policial ocorrida dias antes, no chamado bairro da Jamaica, Seixal. Seriam expulsos do centro da cidade de Lisboa por balas de borracha, mas a sua manifestação tornou visível a existência de um sujeito político colectivo até então frequentemente ignorado pela generalidade dos protagonistas políticos institucionais.

Meses depois, em Maio, **foi proferida a sentença acerca do caso da esquadra de Alfragide**, com a condenação de agentes policiais por sequestro e ofensas à integridade física de habitantes do bairro da Cova da Moura. A condenação ficou aquém do que era exigido, mas o processo suscitou a mobilização de diferentes forças cidadãs nacionais, que denunciaram publicamente a persistência do racismo entre as próprias instituições estatais, desde logo, a polícia.

Finalmente, em Outubro de 2019, **três mulheres negras foram eleitas deputadas à Assembleia da República**, levando ao parlamento uma agenda anti-racista plural, de que faz parte, por exemplo, a modificação da lei da nacionalidade, para que o direito à cidadania portuguesa seja atribuído a quem quer que seja que tenha nascido em território português.

Que todos estes acontecimentos do ano de 2019 confirmem um novo impulso ao combate contra o racismo, eis o que desejamos e aquilo a que este texto vem, apelando-se nestas linhas ao empenhamento anti-racista de quem se filia na mesma tradição política que nós, a das esquerdas.

Rejeitamos, pois, os alertas que têm sido emitidos contra um alegado excesso de protagonismo do anti-racismo. Segundo esses alertas, tal excesso prejudicaria a atenção devida às questões económicas e sociais, como se o anti-racismo implicasse a secundarização da crítica do capitalismo e das desigualdades que este provoca. Sabemos que não é assim e entendemos até que a intervenção das esquerdas nos domínios económico-sociais tem a ganhar com uma nova centralidade política que o anti-racismo venha a alcançar.

As esquerdas que olharem para o mundo do trabalho munidas de uma perspectiva anti-racista serão capazes de melhor compreender que a economia das nossas metrópoles também se faz da exploração daqueles que vivem nas suas periferias, do Seixal a

Alfragide. E, se conhecedoras das linhas de racialização que participam da divisão internacional do trabalho, as esquerdas estarão certamente melhor preparadas para intervir nas dinâmicas transnacionais e globais que fizeram e fazem o capitalismo.

O mesmo pode ser dito, acrescente-se, a respeito do feminismo. Uma esquerda que seja feminista saberá que o trabalho se organiza e é explorado de acordo com linhas divisórias de classe e étnicas, mas também de género, como as que apartam os níveis salariais de homens e mulheres ou como as linhas que circunscrevem o labor doméstico e familiar ao terreno despolitizado da condição pessoal, individual e privada.

Acrescente-se ainda que os gritos de alarme que alguns companheiros das esquerdas têm lançado contra o que chamam de “políticas identitárias” não nos convencem. Porque os riscos que têm apontado a essas políticas tanto marcam as lutas anti-racistas ou feministas como as lutas de classe. O perigo de reduzirmos a nossa leitura do mundo e a nossa intervenção na realidade a esta ou aquela temática específica não nasceu com o anti-racismo e com o feminismo, dele sendo há muito exemplo o economicismo e o determinismo classista primários que, infelizmente, marcaram a nossa própria tradição de esquerda.

Por outro lado, não poucas virtudes que as esquerdas encontram na luta de classes permeiam igualmente a política anti-racista e o feminismo. Aos olhos de uma parte do marxismo, o proletariado surge como um grupo social que, lutando para acabar com a sua própria condição de classe, igualmente lutará contra a própria divisão classista do mundo e da vida, assim constituindo-se o veículo de uma política universal. Ora, o universalismo igualmente constitui o horizonte da acção política para grande parte da luta anti-racista, a qual visa que a humanidade não mais seja espartilhada em raças, categoria cuja naturalidade tem vindo a ser destruída pela luta das próprias populações racializadas, como por exemplo a luta dos negros sul-africanos contra o *apartheid*; e o mesmo poderá ser dito a respeito de boa parte do feminismo e da luta LGBTI+ pela igualdade e desocultação da natureza social e historicamente construída das próprias categorias de género e orientação sexual.

Os debates que visam apurar qual o factor de poder mais importante no funcionamento das nossas sociedades - se a classe, se a “raça” ou se o género - têm, aliás, pouco interesse quando sabemos que não é por haver maior igualdade económica que deixarão necessariamente de persistir o racismo e as desigualdades de género, tal como o incremento da igualdade de género e a diminuição do racismo não trarão necessariamente consigo o fim das desigualdades económicas.

Em lugar de batalhas fratricidas opondo os que seguram a bandeira das classes trabalhadoras contra o protagonismo do anti-racismo e do feminismo, recordamos que há outras formas de “política identitária” que, essas sim, deveriam merecer a oposição de todas as esquerdas. É o caso do nacionalismo e do individualismo, que hoje por hoje se afiguram de tal maneira hegemónicos que quase ninguém chama de identitarismo aos esforços ideológicos de dirigentes partidários e analistas económicos sistematicamente empenhados em subordinar e reduzir a acção política e a vida em sociedade aos termos particularistas da identidade nacional e do interesse individual.

Por tudo isto dizemos: enquanto houver racismo, não há anti-racismo que sobre.